

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

BEATRIZ ARAUJO SERRA

**O ARQUIVO DE INVESTIGAÇÃO PERICIAL E A BIBLIOTECA DA CASA DA
MULHER BRASILEIRA DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO:** processo de organização,
mediação e acesso à informação

São Luís

2023

BEATRIZ ARAUJO SERRA

**O ARQUIVO DE INVESTIGAÇÃO PERICIAL E A BIBLIOTECA DA CASA DA
MULHER BRASILEIRA DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO:** processo de organização,
mediação e acesso à informação

Monografia apresentada ao Curso de
Biblioteconomia da Universidade Federal
do Maranhão-UFMA como requisito para
obtenção do Grau de Bacharel em
Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Ma. Maria Cléa Nunes.

São Luís

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Serra, Beatriz Araujo.

O ARQUIVO DE INVESTIGAÇÃO PERICIAL E A BIBLIOTECA DA
CASA DA MULHER BRASILEIRA DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO: :
processo de organização, mediação e acesso à informação /
Beatriz Araujo Serra. - 2023.

60 p.

Orientador(a): Maria Cléa Nunes.

Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luis - MA, 2023.

1. Arquivo da Delegacia da Mulher. 2. Biblioteca
Maria da Penha. 3. Cartório Central da Casa da Mulher
Brasileira. 4. Casa da Mulher Brasileira - São Luis. I.
Nunes, Maria Cléa. II. Título.

BEATRIZ ARAUJO SERRA

**O ARQUIVO DE INVESTIGAÇÃO PERICIAL E A BIBLIOTECA DA CASA DA
MULHER BRASILEIRA DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO:** processo de organização,
mediação e acesso à informação

Monografia apresentada ao Curso de
Biblioteconomia da Universidade Federal
do Maranhão-UFMA como requisito para
obtenção do Grau de Bacharel em
Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Ma. Maria Cléa Nunes.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ma. Maria Cléa Nunes (Orientadora)
Mestrado em Educação - UFMA
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof.^a Dra. Aldinar Martins Bottentuit
Doutorado em Ciência da Informação - UNESP
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof.^a Dra. Dirlene Santos Barros
Doutorado em Ciência da Informação - UnB
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

AGRADECIMENTOS

À professora Maria Cléa Nunes, por acreditar e seguir na jornada da construção deste trabalho e por não desistir de mim.

Agradeço aos meus pais, Ana Lúcia Povoas Araujo e Edson Maciel Serra pela criação e a educação que me deram. Sem o apoio, a persistência, o amor, o carinho, o respeito e a parceria não seria a pessoa que sou hoje. E que sempre estão ao lado e acreditam que posso ir sempre mais além.

À minha irmã, Bianca Araujo Serra que sempre vem me incentivando a continuar e ser maior que eu acredito que possa ser.

Aos meus familiares pelo companheirismo e incentivo.

Aos meus amigos da escola, da universidade e da vida, obrigada por não desistirem da nossa amizade, permanecendo intacta.

A banca examinadora pelas contribuições das Professoras Aldinar Martins Botentuit e Dirlene Santos Barros.

À Universidade Federal do Maranhão pela experiência de vivenciar um espaço democrático, acolhedor e diverso.

Ao Curso de Biblioteconomia por ser sempre presente na jornada da formação dos futuros bibliotecários, sempre priorizando a formação continuada.

À todas as pessoas que por meios diretos e indiretamente contribuíram para a construção desse trabalho. Sem os conhecimentos e informações que passaram a mim não conseguiria finalizá-lo.

À Deus, e a todas as maravilhas que esse mundo possa nos oferecer a cada dia. A fé nos concede força para que não desistamos e que consigamos vencer os obstáculos da vida.

“Nós evoluímos. Mas nossas ideias de
gêneros deixam a desejar.”

ADICHIE, C. N.

RESUMO

Estudo realizado nas unidades informacionais da Casa da Mulher Brasileira em São Luís - MA, com o objetivo de analisar os documentos arrolados na biblioteca Maria da Penha e do arquivo da Delegacia da Mulher, do setor do Cartório Central. Por considerar a relevância das informações existentes nessas unidades de informação, surgiram algumas indagações as quais se constituíram questões norteadoras para o desenvolvimento deste estudo: Como a sociedade tem acesso aos materiais informacionais gerados a partir da Investigação Policial, e como essa informação é organizada e disponibilizada para quem a procura? Metodologicamente a pesquisa de abordagem qualitativa (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), consiste no levantamento da literatura sobre o tema feito por meio da pesquisa bibliográfica (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021) e ainda da revisão sistemática (SAMPAIO, MANCINI, 2006) nas bases de dados de periódicos científicos. A pesquisa de campo foi realizada em 21 dias dos meses de maio, junho e começo de julho de 2023, nos quais ocorreram as observações diretas, no ambiente da biblioteca que contribuíram para a escrita dos resultados do estudo. Os métodos de coleta dos dados empíricos na pesquisa de campo contaram com a realização de entrevistas semiestruturadas (TRIVINÓS, 1987) com a bibliotecária do setor da biblioteca, e com as responsáveis do arquivo no setor do Cartório Central da Delegacia da Mulher, com o objetivo de conhecer o processo de organização e mediação da informação junto aos usuários da biblioteca e do arquivo. Na análise e discussão de dados, constatou-se que é urgente a necessidade de novas ações para viabilizar a organização e tratamento dos documentos arrolados no Cartório Central. E, por conseguinte, criar ações que vão melhorar a visibilidade da Biblioteca Maria da Penha por parte da sociedade. Conclui, que a pesquisa gerou novas questões a serem respondidas, em especial um movimento de planejamento estratégico em *marketing* para divulgar a biblioteca junto ao seu público usuário.

Palavras-chave: Cartório Central da Casa da Mulher Brasileira; Arquivo da Delegacia da Mulher; Biblioteca Maria da Penha; Casa da Mulher Brasileira - São Luís.

ABSTRACT

This study was carried out in the informational units of the Casa da Mulher Brasileira in São Luís - MA, with the objective of analyzing the documents listed in the Maria da Penha library and the archive of the Women's Police Station, in the Central Registry sector. By considering the relevance of the information existing in these information units, some questions arose which constituted guiding questions for the development of this study: How does society have access to the informational materials generated from the Police Investigation, and how is this information organized and made available to those who seek it? Methodologically the research of qualitative approach (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), consists of the survey of the literature on the subject made through bibliographic research (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021) and also the systematic review (SAMPAIO, MANCINI, 2006) in the databases of scientific journals. The field research was carried out in 21 days of the months of May, June and early July 2023, in which direct observations occurred in the library environment that contributed to the writing of the results of the study. The methods of collecting empirical data in the field research relied on semi-structured interviews (TRIVINÓS, 1987) with the librarian of the library sector, and with those responsible for the archive in the sector of the Central Notary of the Women's Police Station, with the objective of knowing the process of organization and mediation of information with the users of the library and the archive. In the analysis and discussion of data, it was found that there is an urgent need for new actions to enable the organization and treatment of the documents listed in the Central Registry. And, therefore, create actions that will improve the visibility of the Maria da Penha Library by society. It concludes, that the research generated new questions to be answered, in particular a movement of strategic planning in marketing to promote the library to its user audience.

Keywords: Central Notary Office of the Brazilian Women's House; Women's Police Station Archive; Maria da Penha Library; House of the Brazilian Woman - São Luís.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 COMPETÊNCIA DO BIBLIOTECÁRIO	15
2.1 Sistema de Organização do Conhecimento, Tratamento e Recuperação da da Informação	15
3 INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E A VIOLENCIA CONTRA A MULHER.....	19
3.1 Violência contra a Mulher	23
4 METODOLOGIA: caracterização da pesquisa.....	26
5 CASA DA MULHER BRASILEIRA EM SÃO LUÍS: caracterização do campo	30
5.1 Biblioteca Maria da Penha.....	31
5.2 Arquivo	34
5.3 Paralelo entre acervo: biblioteca e arquivo.....	34
5.3.1 Teoria das Três Idades do Arquivo	35
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	37
6.1 Entrevista com Funcionárias do Cartório Central	37
6.2 Entrevista com a Bibliotecária	39
6.3 Da observação direta	41
7 CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS	46
ANEXO A - Carta de Apresentação	53
ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	54
APÊNDICE A - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DA BIBLIOTECA MARIA DA PENHA	56
APÊNDICE B - ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA SOBRE O ARQUIVO DA DELEGACIA DA MULHER	57
APÊNDICE C - ENTREVISTA COM A BIBLIOTECÁRIA DA BIBLIOTECA MARIA DA PENHA DA CASA DA MULHER BRASILEIRA	59

1 INTRODUÇÃO

A Biblioteconomia é uma área interdisciplinar que organiza e dissemina a informação registrada (SERACEVIC, 1996), delimitando seu objeto de estudo acerca do tratamento da informação e da disseminação desses materiais aos respectivos públicos, uma área voltada ao aporte técnico, teórico e humanísticos. Nessa perspectiva a Biblioteconomia e a Ciência da Informação se interligam. A Ciência da Informação surgiu a partir da recuperação da informação (SERACEVIC, 1996). Disseminadora da informação, a biblioteca trabalha com a finalidade de sanar a necessidade informacional de seus usuários (DIAS, 2000), contudo, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação modificam-se de acordo com as mudanças na sociedade. Ademais, com o surgimento da internet, em meados dos anos do século XX os meios de comunicação estão em constante transformação, com isso as profissões estão se adequando a esse meio e, também, ao surgimento de novas profissões na sociedade. Desta forma, as profissões já existentes devem se adequar a estas transformações socioeconômicas e a atualização constante da tecnologia.

Em contrapartida, em um mundo globalizado e com as tecnologias em crescimento constante auxiliando no avanço da ciência, a violência doméstica ainda é bastante presente no meio social e familiar brasileiro, a educação patriarcal ainda é presente na educação de crianças (MELLO et. al.). As formas de opressão e violência contra a mulher perpassam a cada geração, e ainda que vivenciamos em um mundo de tecnologias avançadas, a violência contra a mulher ainda é considerada por muitos um tabu na forma velada de ignorar sobre assunto (SAFFIOTI, 2015). A educação patriarcal é desde os primórdios entranhada nas primeiras formas de educação, onde a figura masculina é representada com características de conquistas e desejos alcançados pelos homens.

As famílias patriarcais no Brasil preparavam os meninos para dar continuidade aos negócios do pai. O primeiro filho seria educado para gerenciar os bens herdados; o segundo iria para escola ser doutor, estudar em escolas jesuítas e posteriormente na Universidade de Coimbra em Portugal; o terceiro mesmo sem vocação iria ser padre. Os demais ajudariam o irmão mais velho na administração da fazenda. As meninas teriam um destino diverso dos meninos: o pai escolhia três ou quatro dentre as mais saudáveis para os casamentos arranjados, e as demais eram trancadas em conventos, evitando os muitos genros que viriam a dividir suas propriedades. (MELLO et. al.; 2011, p. 38).

Durante a Pandemia do Covid-19 o número de casos de violência contra a mulher teve aumento, em 2020 o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) registrou mais de 105.000 denunciada da violência contra a mulher (BRASIL, 2020). Uma pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz “Em 2021, uma mulher foi vítima de feminicídio a cada sete horas.” (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2021), reforça que a violência contra a mulher é um problema social e de saúde pública. Em 2022, um relatório produzido pelo Fórum de Brasileiro de Violência Pública (2022) informa que todas as formas de violência contra a mulher (física, psicológica, moral, sexual e patrimonial (BRASIL, 2006)) obtiveram aumentos.

No livro “Gênero, patriarcado, violência” de Saffioti (2015) ratifica que parte das mulheres brasileiras ainda são vítimas de violência doméstica e do sistema opressor machista mesmo após conquistas legais e institucionais como a Lei Maria da Penha e a Política de enfrentamento da Violência contra a Mulher.

A partir da Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006) (BRASIL, 2016) foram criados mecanismos para coibir a violência contra a mulher, na qual possibilita medidas mais rigorosas em relação aos agressores.

“[...] ações previstas na Lei Maria da Penha podem ser organizadas em três eixos de intervenção: o primeiro trata das medidas criminais para a punição da violência, incluindo a retomada do inquérito policial, a prisão em flagrante, a restrição da representação criminal para determinados crimes e o veto para a aplicação da Lei 9099/95.”. (MENEGHEL *et. al.*, 2013, p. 693).

Em 17 anos a Lei Maria da Penha cumpriu com o avanço para as mulheres vítimas da violência doméstica e para a punição de seus respectivos agressores, esta Lei possibilita que a agredida seja atendida em uma delegacia especializada, na qual deve-se ter um atendimento humanizado em que a vítima possa relatar em quais meios sofreu a violência (artigo 11, Lei 11.340/06) (BRASIL, 2006).

A partir da necessidade de desenvolver novos serviços e produtos as organizações em meios estratégicos criam inovações para a execução de novos serviços (FONSECA; PALETTA, 2022). A biblioteca é disseminadora de informação pertencente a um espaço de informação que agrupa um alto valor intelectual. Para isso as competências do bibliotecário devem ser um conjunto de habilidades, conhecimentos e atitudes para o cumprimento de suas atividades (VALENTIM, 2020).

As competências que o bibliotecário pode exercer no mundo do trabalho são inúmeras e desafiadoras, visto que esse profissional deve ter clareza em qual área específica ele quer exercer a profissão, embora, seja em uma área pouco explorada. Com isso, o bibliotecário precisa ter uma educação contínua para obter mais aperfeiçoamento na execução da sua atividade fim, que consiste em mediar a informação.

Atividade essa que pode ser desenvolvida em todo e qualquer ambiente informacional a exemplo dos centros de informação, museus, arquivos, todas as tipologias de bibliotecas existentes – escolar, universitária, prisional, especial, infantil dentre outras que vão delineando sua existência, estrutura e objetivos de acordo com a necessidade da sociedade em entender questões sociais que a cercam, a exemplo das bibliotecas institucionais que integram a área do direito em seus segmentos. Considerando a relevância das informações existentes nessas bibliotecas foram surgindo algumas indagações as quais se constituem questões norteadoras para o desenvolvimento deste estudo: Como a sociedade tem acesso às informações informacionais gerados a partir da Investigação Policial? E como essa informação é organizada e disponibilizada para quem a procura?

Para uma pesquisa de investigação mais específica sobre esses questionamentos, os ambientes escolhidos foram a biblioteca Maria da Penha e arquivo da Delegacia da Mulher (DEM), localizado no setor do Cartório Central presentes na Casa da Mulher Brasileira (CMB), local que oferece atendimento integral e humanizado a mulheres vítimas de violência doméstica, como apoio psicológico, atendimento social, defensoria pública e delegacia especializada.

E, também, a pesquisa propõe realizar uma revisão sistemática (SAMPAIO, MANCINI, 2006), com o objetivo de mapear estudos sobre os materiais armazenados no arquivo da Casa da Mulher Brasileiro na periodicidade de 2017 a 2022, obedecendo o período da delimitação da busca de 5 anos, contudo, percebeu-se a escassez de materiais sobre a temática proposta.

Diante do exposto, o estudo em tela tem como objetivo geral, conhecer a realidade da biblioteca da Casa da Mulher Brasileira, em São Luís - MA, buscando identificar a documentação existente na biblioteca e no arquivo da Delegacia da

Mulher, visando entender como ocorre o processo de organização, mediação e acesso à informação. E, como objetivos específicos:

- a) realizar um levantamento bibliográfico sobre o tema, em especial no âmbito policial, organização e mediação da informação e da Casa da Mulher Brasileira;
- b) verificar os documentos existentes no arquivo de Casa da Mulher Brasileira;
- c) identificar a organização e estrutura do ambiente de maneira geral e a forma de organização do acervo da biblioteca Maria da Penha;
- d) elaborar instrumentos de coleta de dados a serem aplicados nos setores da biblioteca e arquivo da Casa da Mulher Brasileira.

Com isso, a pesquisa visa um subsídio para novos estudos com a relação do campo da Biblioteconomia com a Perícia Criminal.

A estrutura do estudo monográfico compõe a primeira seção com a Introdução onde são apresentados a justificativa, o objetivo geral e específicos da pesquisa, e a segunda seção das competências do bibliotecário a terceira seção sobre a perícia criminal e a violência contra a mulher, a quarta seção os procedimentos metodológicos utilizados no decorrer da pesquisa de campo; a quinta seção das caracterizações dos campos da Biblioteca e Arquivo da Casa da Mulher Brasileira, a sexta seção das análises dos resultados e discussões, e a sétima seção da conclusão.

2 COMPETÊNCIA DO BIBLIOTECÁRIO

A elaboração do referencial teórico discorre sobre as informações da competência do bibliotecário no mercado de trabalho, organização, tratamento e recuperação da informação, em perspectiva a Casa da Mulher Brasileira.

Com o aumento do uso gradativo das tecnologias de comunicação pela população mundial, causa-se um impacto nas transformações sociais, culturais e profissionais, pois a partir do uso constante dos meios tecnológicos os meios de inovação das competências profissionais são exigidas pelo mercado de trabalho.

Na atuação bibliotecário pode-se destacar que possui um “leque” de atividades que pode atuar em organizações, redes e sistemas de informações (VALENTIM, 2020). A autora completa que os bibliotecários devem estar sempre inovando nas suas práticas, por conseguinte, a partir da educação continuada será percebido por esse profissional as diversas formas de interdisciplinaridade de atuação do bibliotecário no mercado de trabalho.

Assim sendo, a autora Ferreira (2017) percebe que é relatado nas literaturas sobre as competências do bibliotecário, que no exercício da sua profissão não se percebe apto a novos meios de trabalhos além do espaço da biblioteca, isso ocorre devido a formação educacional desse indivíduo, e a autopercepção desse no desafio do desenvolvimento das competências da profissão escolhida.

Em seu artigo Ferreira (2017, p. 83) observa que no decorrer do uso da tecnologia nos meios profissionais tem-se uma evolução das competências do bibliotecário, no qual atua em diferentes nichos como, “[...] agências de publicidade, departamentos jurídicos de empresas, escritórios de advocacia, hospitais, editoras, bancos, indústrias, provedores de internet, livrarias, emissoras de televisão, jornais, entidades do terceiro setor”. Desenvolvendo funções emergentes de gestor da informação (FERREIRA, 2017).

2.1 Sistema de Organização do Conhecimento, Tratamento e Recuperação da Informação

A necessidade de organizar o conhecimento é uma preocupação do homem, que surgiu a partir da necessidade de registrar o conhecimento. Portanto, para a organização do conhecimento é preciso planejar, estruturar metodologias que vão

contribuir para assim atingir um propósito, que é o usuário “O objetivo do processo de organização da informação é possibilitar o acesso ao conhecimento contido na informação.”. (BRASCHER; CAFÉ 2008, p. 5).

A Organização da Informação (OI) é uma forma que existem diversos formatos de organização e por conta do fluxo constante de informações geradas no cotidiano, exemplo: no meio virtual a dinamicidade que são gerados conteúdos informações é grandiosa, não tendo assim um controle do conteúdo que é gerado e quem os utilizam. Contudo, a forma como antes era trabalhada, estruturadas e modeladas as organizações do conhecimento, não cabe mais na realidade das novas gerações que estão surgindo. É necessário que a antiga estrutura da organização da informação deve ser ampliada a fim de que contemple os vários documentos existentes virtuais.

A OI comprehende, também, a organização de um conjunto de objetos informacionais para arranjá-los sistematicamente em coleções, neste caso, temos a organização da informação em bibliotecas, museus, arquivos, tanto tradicionais quanto eletrônicos. (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 3.).

Complementando a Organização da Informação tem por perspectiva diversos formatos de registros do conhecimento (classificação, catalogação, indexação), sendo assim forma um conjunto de atividades nas quais são encontradas na área Biblioteconomia adquiridas a partir da necessidade de organizar o conhecimento. No meio virtual, a OI parafraseando (SILVA, 2021, p. 9), é um trabalho ainda mais complexo visto que na web os conteúdos e designers de informações por serem em grandes quantidades são diversos e variados, buscando um aprimoramento maior e um trabalho minucioso do bibliotecário.

A organização do conhecimento possui uma relação no Tratamento da Informação, visto que a partir disso será transformado o *conhecimento* em um produto fim, podendo ser um documento qualquer que contém esse conhecimento, fundamentado nisso o documento vai ser tratado com base no que se encontra no assunto presente no documento.

O Tratamento Temático da Informação é parte das atividades e operações do tratamento da informação que envolve o conhecimento teórico e metodológico disponível quanto ao tratamento descritivo do suporte material da informação e ao tratamento temático de conteúdo da informação. (FUJITA, 2013, p. 149).

Completa concluindo como é a forma que é efetuado tratamento temático conteúdo do documento, descrevendo os instrumentos construídos através do Tratamento Temático

O tratamento temático do documento realiza uma descrição do conteúdo mediante representação condensada com vistas à sua acessibilidade temática e, nesse sentido, as operações de elaboração de resumos, classificação, catalogação de assuntos e indexação possuem graus de condensação nas representações documentais (verbais, não verbais ou codificadas), de modo que um resumo tem menor grau de condensação que palavras-chaves, cabeçalhos de assunto ou um número de classificação. (FUJITA, 2013, p. 149).

Por meio dessa análise documental contidas nos documentos é possível ter a socialização da informação registrada e verdadeira. Com o tratamento da informação e da organização da informação registrada é gerado o acondicionamento dela nos espaços de informação, e mais importante o acesso à informação (armazenamento, tratamento e recuperação da informação).

A divulgação da informação é um meio de comunicar a sociedade das informações e conhecimentos criados por quem a compõe, perspectivas criadas de conhecimentos adquiridos por estudos profundos e reflexivos até casos concretos, como é o caso da investigação criminal, os dados angariados são concretos (amostras forenses de materiais genéticos) e subjetivos (depoimentos de envolvidos).

Um subproduto do Tratamento Temático da Informação são os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) que tem por orientação “[...] se referem a um conjunto de maneiras que vai orientar como os conteúdos disponíveis serão organizados e categorizados, agrupando-os de maneira lógica e relacional.”. (SILVA, 2021, não paginado).

A vista disso, as SOC são instrumentos auxiliares usados nos processos de classificação e indexação, nos quais são utilizadas para a organização e recuperação da informação. (MOREIRA, 2018, p. 102)

Estes instrumentos são estruturados a partir da linguagem natural, nas quais os próximos destes são mais utilizados pelo usuário, pois, tem-se a rápida absorção do conhecimento disponível no material informacional. No decorrer da construção são constantemente analisados, haja vista, que são utilizados na recuperação da informação e, para isso, devem ter fácil manuseio e acesso rápido à pessoa que o

utiliza para realizar suas pesquisas. A informação que constar neste material auxilia a quem busca ter outras perspectivas.

A Recuperação da Informação é a área de pesquisa que investiga métodos e técnicas para a representação, organização, armazenamento e busca de itens de informação. Método utilizado para o usuário acessar os documentos relevantes a partir de expressões de busca, palavras-chave. (CORREA, 2021, não paginado).

Por fim, a biblioteca atende as necessidades informacionais do usuário, através da criação de políticas de formação de coleções, estudos de usuários, da comunidade, e dos serviços oferecidos por ela. E que os usuários devem ser autônomos no processo de recuperação da informação, porém seguindo as instruções e ferramentas utilizadas pela biblioteca.

3 INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Os órgãos dos Sistemas de Justiça Criminal específico da segurança pública, são eles Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e entre outros órgãos possuem na hierarquia da gestão o setor de perícias criminais, nas quais são instituições que se beneficiam com as competências dos profissionais da informação, haja vista que esse órgão trabalha direto com as informações confiáveis adquiridas a partir do crime ocorrido Santos e Aguiar (2020). A perícia criminal foi desenvolvida a fim da construção de garantia da integridade e liberdade dos cidadãos, de tal forma que as investigações viabilizam a contribuição da defesa dos direitos humanos (BRASIL, 2009). Sendo assim, o perito, profissional que comanda a perícia é “[...] o apreciador técnico, assessor, do juiz com a função de fornecer dados instrutórios de ordem técnica e proceder à verificação e formação do corpo de delito.”. (MIRABETE, 2000, p. 420). Sendo assim, o perito é quem organiza as informações coletadas o decorrer da investigação pericial, e disponibiliza as informações ao órgão que contempla a perícia

O principal usuário final desta rede (órgãos do sistema jurídico) a sociedade como um todo, para quem o valor de serviço é a imparcialidade da Justiça. A perícia criminal contribui para esse valor com um insumo – a prova material ou pericial. (RODRIGUES; SILVA; TRUZZI, 2010, p. 847).

A investigação criminal é iniciada através da notificação de uma ocorrência feita à Polícia Civil, sobre um fato criminoso (OLIVEIRA, 2013). É puramente para fins administrativos, mas que a materializam como forma de informar e a satisfazer a sociedade acerca do desencadear do ocorrido e a prová-lo no fim em juízo.

Por conseguinte, é escolhido um grupo de investigadores peritos, a fim do levantamento de dados informacionais; entrevistas e interrogação (com os suspeitos ou vítimas); selecionar documentos e entre outras atividades investigativas que auxiliem para o andamento da investigação e chegar na sentença final do ocorrido. A perícia é fundamentada em exames periciais, envolvendo um exame do local, nos quais a equipe vai ao local e faz a análise do ocorrido Santos e Aguiar (2020), da mesma forma que a preservação do mesmo, nesse ínterim é gerada uma grande quantidade de dados informacionais, que contribuíram para um “grande volume de dados” inseridos em um relatório (OLIVEIRA, 2013). Ferro Júnior afirma que as organizações policiais atualmente possuem

[...] excesso de informações em vez de carências. Existe grande quantidade de conteúdos, relatórios de investigação, laudos técnicos, depoimentos, ocorrências, inquéritos, o que obriga o setor de Inteligência a realizar uma tarefa de seleção basicamente mental. Dispõe de sistemas informatizados que permitem acessar uma ampla variedade de bancos de dados, acesso a um imensurável volume de informações, decorrentes de interceptações e movimentos bancários, sem considerar o vasto mundo da Internet. (FERRO JÚNIOR, 2008, não paginado).

Mas falta ainda aos peritos, policiais e analistas a forma como acessar essas informações e como organizá-las para assim contribuírem para o aumento da capacidade de realizar a investigação policial com precisão, haja vista, Ferro Junior completa que não precisa ter somente a garantia o acesso à informação, também é necessária a garantia da organização para se ter a percepção dos futuros problemas.

As equipes de perícias no decorrer da investigação não trocam informações na cena do ocorrido, elas são requisitadas por um solicitante seja ele delegado de polícia, promotor ou juiz, no qual vai direcionar o que constará no relatório investigação policial, esse produzido pelo Instituto Nacional de Criminalística do Departamento de Polícia Federal. Elas também são solicitadas em locais de maiores repercussões, exemplo: crimes contra a vida, homicídios.

A investigação possui duas características, preliminar e de seguimento. A preliminar faz a vistoria do local do crime, preservando todo o local, para a chegada da perícia; identificar os suspeitos; interrogar as testemunhas; trocas de informações entre peritos e investigadores, informações essas que vão direcioná-los ao suposto culpado. E por último de seguimento que tem por caráter identificar, localizar, intimar e realizar o requerimento das testemunhas, vítimas, suspeitos e demais envolvidos no crime.

Após a vistoria no local do fato, as apurações das entrevistas de vítimas e suspeitos são realizadas, quando o(a) entrevistador(a) realiza perguntas referente ao caso, as informações obtidas a partir dos relatos (ininterruptos, com as falas próprias da pessoa entrevistada). Um processo minucioso, a partir do qual o entrevistador busca a qualidade de detalhes do ocorrido, a fim de que possa identificar o(a) suspeito(a). (CECCONELLO; MILNE; STEIN, 2022).

No Brasil a investigação que mais é realizada é a de homicídios, visto que as pessoas menos favorecidas, minorias e marginalizadas, a exemplo das crianças, mulheres, pessoas pretas e homossexuais, historicamente são vítimas de violências que consequentemente gera um resultado de homicídio.

Sendo assim, o país em seus 26 estados brasileiros e mais o Distrito Federal (DF) a cada ano é realizado uma pesquisa da segurança pública sobre as violências acometidas no Brasil. Sobre a violência contra a mulher o Anuário de Segurança Pública de 2023 cita que no ano de 2022 que 245.713 mulheres denunciaram formas de agressões que sofreram, implicando na que 673 mulheres se deslocaram a delegacias para denunciar uma violência sofrida (BRASIL, 2023). A figura 1 mostra o mapa da violência acometida as mulheres no ano de 2022.

Figura 1 – Mapa da Violência Doméstica



Fonte: Anuário de Segurança Pública, 2023.

Com isso o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (BRASIL, 2020) dispõe que no Brasil é necessário em cada capital ter uma polícia técnica especializada em investigação criminal, que viabilize o trabalho da Polícia Civil em casos de homicídios.

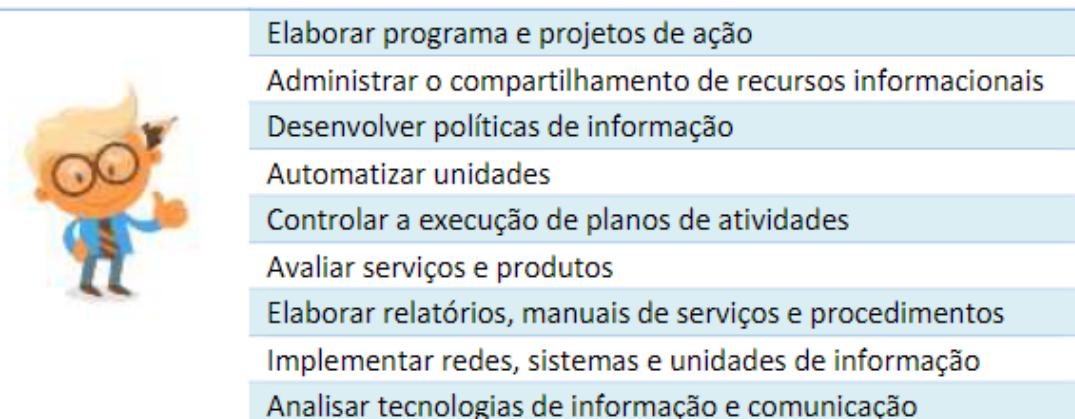
Vinculada à Polícia Civil do Maranhão a Perícia Oficial de Natureza Criminal foi criada a partir da Medida Provisória nº 303/2019, convertida em 2022 na Lei 11.236/2020 que visa a autonomia administrativa, orçamentária e financeira. Os peritos e auxiliares de peritos assim como outros funcionários são responsáveis por realizarem

[...] exame do local do crime (crimes contra a vida, crimes contra o meio ambiente, acidentes de trânsito, crimes contra o patrimônio etc.) até os exames realizados em pessoas vivas e em cadáveres vítimas das ações delituosas, além da análise realizada em armas, objetos, instrumentos, documentos, equipamentos de informática, áudio/vídeo e em veículos apreendidos, assim como em amostras biológicas seja para identificação de substâncias ou para a identificação humana através do DNA. [...] além dos exames periciais em impressões digitais coletadas em locais de crime ou em instrumentos utilizados na ação delituosa visando a identificação da autoria do fato criminoso. (MARANHÃO, 2020, não paginado).

Assim sendo, a Perícia Oficial de Natureza Criminal do Maranhão possui a propriedade de como realizar os casos, a recorrer aos órgãos que são vinculados compõem como: o Instituto de Identificação, Instituto Médico Legal, Instituto de Criminalística, Instituto Laboratorial de Análises Forenses, Instituto de Genética Forense, Instituto de Perícias para a Criança e o Adolescente, a Perícia Oficial Criminal.

Com as competências do bibliotecário adquiridas na formação e educação continuada, no artigo de (SANTOS; AGUIAR, 2020) foram identificadas pelas autoras atividades de tratamento da informação a partir da competência profissional do bibliotecário, como é mostrado na figura 3.

Figura 2 - Atividades associadas ao Gerenciamento de Unidades, Redes e Sistemas de Informação



Fonte: (SANTOS; AGUIAR, 2020).

Observado pelas autoras que essas atividades são de aspectos organizacionais, e que o profissional deve ter perspectivas de como manusear os materiais, para que se tenha a preservação e sigilo das informações adquiridas no decorrer da investigação e na construção do relatório de investigação. Pois, no ínterim que ocorre a investigação as informações são coletadas, mas nem todas são a resposta imediata do acontecimento, a exemplo disso são os depoimentos de testemunhas que são analisados de acordo com as coletas de cada um, para então o juiz e corpo de júri analisarem, para se ter a resposta de como ocorreu o fato.

Contudo, o profissional deve ter a habilidade de administrar os meios que ele vai trabalhar, a percepção da elucidação através de seu estudo Santos e Aguiar (2020) estudo sobre práticas de organização e tratamento da informação

[...] precisa acompanhar ou planejar a unidade de informação; desenvolver políticas para o seu funcionamento; compreender os melhores recursos tecnológicos que atendam às demandas do dia a dia e dos usuários especializados; criar padrões de qualidade para reconhecimento da instituição mantenedora e dos outros profissionais da instituição (nesse caso os peritos, os agentes de investigação, por exemplo). (SANTOS; AGUIAR, 2020, p. 46).

Percebendo com a corroboração das autoras que são atividade desempenhadas em qualquer unidade de informação que o bibliotecário for prestar serviço, o profissional bibliotecário desde sua formação superior a exercer o cargo de bibliotecário é cobrado para que gerencie a unidade de informação de acordo com as demandas cobradas pelos usuários/ itinerantes, para e esse último venha a ter sua necessidade informacional sanada.

3.1 Violência contra a Mulher

Por mais que seja sabido que a violência contra a mulher não é atual, visto que o sistema onde as mulheres vivem é patriarcalista, machista e misógino. A partir das lutas de mulheres em meados dos anos 1960, como historicamente é retratado, essa luta se torna constante, pois mulheres nas mais diversas idades e culturas nunca vão se conformar com a violência física, patrimonial, moral, psicológica e sexual. (CASTRO, 2020, p. 461).

A violência doméstica é, de forma sucinta, aquela cometida por parceiros amorosos e, também, filhos, pais, sogros e outros parentes, agregados ou pessoas que vivam na mesma casa. (CARNEIRO, 2017, p. 11).

O artigo 5.º da Lei 11.340/06, Lei Maria da Penha, define a violência doméstica como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão,

sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. (BRASIL, 2006). Carneiro (2017) afirma que,

A Lei Maria da Penha representou enorme avanço na exigibilidade de atuação pública no enfrentamento à violência contra a mulher, pois além de tipificar, definir e estabelecer as formas da violência doméstica contra a mulher, determinando a criação de juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher com competência cível e criminal, estabeleceu medidas de assistência e proteção e atendimento humanizado às mulheres e criou mecanismos para coibir a violência e proteger as vítimas. A Lei determinou que o poder público desenvolvesse políticas para garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares, no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CARNEIRO, 2017, p. 33).

A lei visa proteger a mulher, e com as mudanças constantes que modificam a sociedade brasileira, a Lei é usada como um instrumento de conscientizar mulheres e homens e valores da integridade física e psicológica das mulheres, e como esse conhecimento deve ser passado a todas as pessoas de faixa etária diferentes.

Uma pesquisa realizada pela DataSenado de 2021 apresentou dados de aumento de violência doméstica no ano de 2021, 86% das entrevistadas declararam que houve um aumento da violência doméstica. Mas, apenas 27% das mulheres entrevistadas afirmaram terem sido violentadas (BRASIL, 2022). Com a percepção dos dados observa-se que o aumento da violência se tornou constante através do período de quarentena, no qual muitas famílias brasileiras tiveram que se isolaram por causa do contágio da COVID-19 (Sars-Cov D2), ocasionando o aumento da violência.

Uma pesquisa de 2009 sobre a violência contra a mulher do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada afirma que agressão ocorre quase sempre na casa do casal:

Em relação ao local de agressão e à relação da vítima com o agressor, as especificidades da violência contra as mulheres ficam evidenciadas. Entre as mulheres que sofreram agressão física em 2009, 43% (465.985) estavam em sua residência na ocasião; no caso dos homens, apenas 12,3% (177.634) estavam na própria residência. (ENGEL, 2020, p. 9).

Percebe-se que existem ainda muitas mulheres e famílias que não estão em segurança em suas residências. Uma pesquisa realizada pela Secretaria de Segurança Pública afirmou que “[...] o Estado reforça a importância para a realização de denúncias contra a violência doméstica, que auxiliam cada vez mais os agentes a

tomarem conhecimentos dos crimes para agirem em defesa das vítimas.” (BRASIL, 2023).

A violência doméstica é maior em mulheres e meninas pretas a partir do Mapa da Violência de 2015 “as principais vítimas da violência de gênero foram meninas e mulheres negras [...] prevalência entre 18 e 30 anos de idade” (CARNEIRO, 2017, p. 21). Por conseguinte, a informação obtida da Secretaria de Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) mostrou que das 555.634 denúncias de mulheres feitas por ligação do 180, 59,71% das mulheres que relataram casos violência eram negras, indicando assim que nesse período mais mulheres negras denunciaram seus violentadores.

4 METODOLOGIA: caracterização da pesquisa

A metodologia utilizada na pesquisa, os instrumentos de coleta de dados e as ferramentas usadas na condução e análise dos resultados do estudo, são explicadas a seguir.

A metodologia selecionada para o estudo envolve os procedimentos da pesquisa bibliográfica, documental, e pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica para Fonseca (2002, p. 32)

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Consiste em ser um conjunto de ideias expressas a partir de um determinado tema, no qual vários cientistas discorrem e discutem sobre (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021). A pesquisa bibliográfica parte de um marco zero sendo a “[...] avaliação de uma situação concreta desconhecida, em um dado local, alguém ou um grupo, em algum lugar, já deve ter feito pesquisas iguais ou semelhantes, ou mesmo complementares de certos aspectos da pesquisa pretendida.”. (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 114).

Esta pesquisa é imprescindível para a construção do trabalho acadêmico, permitindo assim o melhor entendimento do fenômeno estudado. Por conseguinte, a pesquisa bibliográfica é realizada com o levantamento de variadas fontes, por diferentes técnicas. E constituem-se por dois processos de análise para obtenção dos dados: 1) documentação direta 2) documentação indireta. Nas quais esses dados poderão ser disponibilizados a partir das pesquisas de campo e de laboratório, cujas técnicas utilizam os meios de observação e entrevistas (direta intensiva) e questionário, formulário etc. (direta extensiva). (MARCONI; LAKATOS, 1996).

Optou-se por realizar o mapeamento por meio da revisão sistemática, cuja busca nas bases de dados contribuiu com documentos que serviram como base para

a resposta da questão-problema (BRITO; OLIVEIRA; SILVA, 2021). A revisão sistemática “[...] revisões sistemáticas são desenhadas para ser metódicas, explícitas e passíveis de reprodução. Esse tipo de estudo serve para nortear o desenvolvimento de projetos, indicando novos rumos para futuras investigações e identificando quais métodos de pesquisa foram utilizados em uma área.” (SAMPAIO, MACINI, 2006, p. 83). Assim, a revisão sistemática para este estudo foi realizada a partir do acesso à base de dados de periódicos científicos, teses e dissertações em meio eletrônico: SCIELO, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações-UFMA (TEDE), Portal de Periódicos-UFMA e a Biblioteca Digital de Monografias-UFMA. Para tanto, delimitou-se a periodicidade entre os anos de 2017-2022, com temáticas sobre a ocorrência da investigação nos arquivos de delegacias da Casa da Mulher. Utilizou-se ainda procedimentos técnico de buscas simples e avançadas com o auxílio dos operadores booleanos nas bases de dados, com as palavras-chave: investiga*, polícia*, delegacia, Casa da Mulher Brasileira.

A pesquisa documental “[...] recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamentos analíticos tais como: tabelas, estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.” (FONSECA, 2002, p.32). Ela utiliza materiais de fontes primárias, nos quais estão em posse dos arquivos públicos ou de instituições particulares, podendo ser escritos ou não (MARCONI; LAKATOS, 1996). Todavia, os inquéritos policiais, termos circunstanciados de ocorrências (TCO), laudos e ofícios de casos que estão arrolados arquivo do Cartório Central não foram autorizados para a visualização da pesquisadora devido a estarem em segredo de justiça.

Na pesquisa de campo considerou- se a afirmativa de Creswell, (2007, p. 189) que enfatiza “Os passos da coleta de dados incluem estabelecer as fronteiras para o estudo, coletar informações através de observações e entrevistas. Assim as observações foram realizadas com auxílio das anotações de campos (TRIVIÑOS, 1987, p. 158), no qual: “Nesse caderno, o investigador deve anotar todas as informações que não sejam o registro das entrevistas formais. Ou seja, observações sobre conversas informais, comportamentos, ceremoniais, festas, instituições, gestos, expressões que digam respeito ao tema da pesquisa [...]” (MINAYO, 2010). Considerando esse princípio metodológico de coleta de dados, foi elaborado um

roteiro de observação (Apêndice A) utilizado nas vinte umas (21) sessões no turno matutino, no horário das 9horas às 11horas nos meses de maio, junho e começo do mês julho de 2023.

O acesso à instituição nos ambientes da Casa da Mulher Brasileira nos foi permitido por meio do documento de apresentação da pesquisadora (ANEXO A). Após consentimento das visitas, as entrevistas e a observação direta foram realizadas. Para a coleta de dados e uso do material, as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO B).

Com relação às entrevistas, estas ocorreram em duas etapas:

1) presencial no setor do Cartório Central, localizado na Delegacia da Mulher, junto com as duas funcionárias presentes, identificadas como: Respondente A e Respondente B;

2) entrevista com a bibliotecária foi realizada por meio de comunicação de videoconferência, no qual foi utilizado o aplicativo *Google Meet*, pois a bibliotecária se encontrava de licença médica devido a um procedimento cirúrgico.

Salienta-se que houve encontros presenciais no início do estudo com a bibliotecária quando da apresentação da Biblioteca para a pesquisadora. Ressalta-se que por motivos e meios não previsíveis, nenhum usuário frequentou a biblioteca nos dias em que o estudo estava sendo realizado com observação, por tanto, não conseguimos atingir nenhum usuário para responder ao questionário para somar nesta pesquisa, diante disso não foi possível relatar a perspectiva do(s) usuário(s) em relação à biblioteca.

Em todo o processo da pesquisa buscou-se utilizar uma abordagem qualitativa na qual as análises são baseadas a partir de estudos de dados utilizando diversos meios de investigação. Na pesquisa qualitativa as autoras (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

[...] não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31).

Diante da reflexão das autoras já mencionadas, a pesquisa buscou analisar como a informação encontra-se presente na biblioteca da Casa da Mulher Brasileira e como ocorre a mediação da informação ao usuário. Da mesma forma, como a informação é tratada e organizada desde quando fatos são relatados por uma vítima que denuncia seu parceiro de violência doméstica na Delegacia da Mulher. Até se constituir em documentos nos arquivos.

5 CASA DA MULHER BRASILEIRA EM SÃO LUÍS: caracterização do campo

A Casa da Mulher Brasileira foi criada a partir de um programa de políticas públicas inovador para as mulheres, nas quais são a de maior quantidade no globo, porém muitas vivenciam a violência diariamente. No Brasil foram registradas pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) do mês de janeiro a meados de agosto de 2022, 31.398 denúncias e 169.676 violações envolvendo a violência doméstica contra as mulheres (BRASIL, 2022).

Em 13 de março de 2013 foi criado, por meio da assinatura do Acordo de Cooperação nº 01/2013, entre a Presidência da República, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Conselho Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE), o programa *Mulher, Viver sem Violência*:

A ação principal do Programa Mulher, Viver sem Violência foi anunciada em rede nacional pela Presidenta Dilma Rousseff, em pronunciamento por ocasião do Dia Internacional da Mulher: a instalação de um moderno centro de atendimento integral à mulher que contaria com a integração de serviços especializados, com um setor de prevenção e atenção contra a violência doméstica e outro setor de apoio à mulher, com ferramentas de estímulo ao pequeno negócio, tais como o microcrédito e a capacitação profissional. (MARTINS; ARAUJO, 2020, p. 54).

A institucionalização do programa foi implementada por meio do Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013. Visando “[..] a integração e a ampliação dos serviços públicos voltados às mulheres em situação de violência, por meio da articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça e da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira” (MARTINS; ARAUJO, 2020, p. 55).

Redação dada pelo Decreto nº 8.086, de 2013

Art. 4º Compete à Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos:
I - coordenar a implantação e execução do Programa;
II - coordenar a execução das ações de que trata o art. 3º;
III - construir e equipar as Casas da Mulher Brasileira; [...]. (BRASIL, 2013, não paginado).

E no Decreto nº 10.112, de 2019

III - implementar, construir e equipar as unidades da Casa da Mulher Brasileira, direta ou indiretamente, por meio da articulação com órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; [...]. (BRASIL, 2019, não paginado).

A Casa da Mulher Brasileira em São Luís atua junto da Secretaria Municipal de Segurança com Cidadania (SEMUSC) e abriga o Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência prestando serviços de assistentes sociais, psicólogos, assessoras jurídicas e pedagogas, o atendimento acolhe as vítimas e presta orientações e encaminhamentos, além de acompanhar os casos de agressão física e psicológica para que o trauma da violência afete o mínimo possível a vida da vítima (MARANHÃO, 2020).

O Centro de referência Casa da Mulher Brasileira abriga os órgãos da: Delegacia Especial da Mulher 24h, Departamento de Feminicídio, Coordenadoria das Delegacias da Mulher do Maranhão, Defensoria Pública, Alojamento de Passagem (com atuação das agentes da Guarda Municipal), 2^a Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Luís, Ministério Público, Patrulha Maria da Penha, Centro de Referência em Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAMSV) e Biblioteca Maria da Penha, o Arquivo do Cartório Central da Delegacia da Mulher. Além de oferecer cursos de capacitação, em parceria com instituições públicas e privadas, visando à autonomia econômica das mulheres. Os cursos são ministrados por duas funcionárias a Bibliotecária e uma servidora da Coordenadoria da Casa da Mulher Brasileira (MARANHÃO, 2023).

5.1 Biblioteca Maria da Penha

A biblioteca tem como papel principal o de disseminar a informação ao usuário, com a função social de atender as demandas do usuário, promovendo assim o conhecimento a ele.

A história da biblioteca é contada a partir da vivência da humanidade, com as demandas informacionais e a procura de querer conhecer *algo*, assim registrando em materiais de suporte “[...] consequentemente, tornou-se imprescindível a preservação desses suportes - os documentos - bem com a organização dele.” (MILANESI, 1983, p.16).

Quando se pensa em biblioteca é remetido às pessoas um espaço cujo principal ator é o bibliotecário, e que quando o usuário possui uma necessidade de informação vai à procura do profissional, que a partir da pesquisa no acervo seleciona os materiais que estão mais atualizados e que servirá ao usuário. Porém, em alguns casos o usuário recebe o material informacional pelo bibliotecário, mas que não é aquilo que estava esperando, e poderá possibilitar uma frustração na pesquisa, gerando uma "lacuna" informacional (BAPTISTA; LEONARD, 2011).

Flusser (1983) critica tal contexto quando análise a situação da biblioteca tradicional a condição do usuário não é levada em conta, pois a relação se estabelece de modo unilateral havendo a desconsideração da perspectiva que motiva a busca do usuário em um determinado acervo, por essa razão afirma

A ação da biblioteca tradicional se insere nesta situação, mantendo, e talvez até aumentando, a ruptura existente entre o saber do especialista-bibliotecário e a ignorância do usuário. Os gostos, as preferências ou aversões dos usuários não contam muito. O bibliotecário sabe quais livros devem ser consultados e considerados como bons, ou não consultados — estes livros na sua maioria nem se encontrarão na biblioteca — e considerados como ruins. (FLUSSER, 1983, p. 161).

A reflexão de Flusser leva a considerar que a biblioteca é feita a partir da "influência" dos usuários que vão à biblioteca, que fazem parte da comunidade. Os usuários em relação ao bibliotecário poderão construir instrumento de ação cultural, e a biblioteca por ser um lugar de informação, disseminadora de conhecimento deve transpor suas informações para fora da estrutura concreta onde está situada, expandindo informações para aquela comunidade. Flusser (1983) acredita que para a expansão da biblioteca como um centro cultural deve ser expandido para as pessoas das comunidades, periféricas, quilombolas, indígenas, mulheres, comunidade LGBQIA+ tendo uma visão democrática “A biblioteca-ação cultural é a transformação estrutural da biblioteca, tal como existente hoje, em uma biblioteca que participe do processo de dar a palavra ao não público.” (FLUSSER, 1983, p.136).

Através da observação na biblioteca Maria da Penha e da entrevista com a bibliotecária observou-se que a funcionária trabalha para a gestão da Unidade Informacional, buscando utilizar a biblioteca como um centro cultural, não somente um espaço onde possui livros, mas sim voltada a inserir mulheres na leitura, na construção de projetos que possibilitem a fazer com que essas mulheres assumam um protagonismo social, a possibilidade de mulheres terem uma visão autônoma.

A biblioteca Maria da Penha que era sediada no prédio da Secretaria de Estado da Mulher (SEMU) no período de 2013-2018, é especializada em gênero, dispõe de acervo adquirido a partir da doação de materiais, principalmente, da Biblioteca Pública Benedito Leite. Em 2019 ocorreu sua mudança de prédio, atual Casa da Mulher Brasileira, na qual a biblioteca ganhou seu próprio espaço, denominada Biblioteca Maria da Penha.

A biblioteca oferece os serviços de consulta local; saraus literários; visitação guiada; minicursos; palestras e entre outros. Entretanto, os serviços são mais voltados para a gestão de biblioteca, não tem empréstimo domiciliar e nem gerenciamento de acervo, os livros estão classificados no formato Dewey (Classificação Decimal de Dewey - CDD), estes últimos são contabilizados em 1000 livros, número ainda pequeno.

Figura 3 - Acervo biblioteca Maria da Penha



Fonte: Arquivo pessoal

5.2 Arquivo

O material que se encontra em uma instituição de arquivo é uma informação registrada a partir das atividades administrativas da própria organização, na qual não passou por um processo editorial (SANTA ANNA, CALMON; CAMPOS, 2015). Para o arquivista moderno Schellenberg (2007) a definição de arquivo é um fato complexo, visto que essa definição é construída a partir do contexto no qual os documentos estão encontrados, para qual objetivo necessário atenderam as necessidades das instituições.

Uma característica que define o arquivo é a comprovação de um fato que aconteceu, a exemplo disso os acontecimentos históricos, esses não seriam conhecidos e passados por milênios se não houvesse os registros humanos utilizados para demarcar algum acontecimento, sendo assim “[...] a finalidade [...] dos arquivos é primordialmente funcional, muito embora o valor cultural exista, uma vez que constituem a base fundamental para o conhecimento da história.”. (PAES, 2004. p. 16).

Os arquivos são essencialmente para o conhecimento de uma nação, da sociedade, do povo. Schellenberg (2006) pontua que arquivos são documentos pertencentes às instituições públicas ou privadas que possuem valor, que auxilie a produção do conhecimento pela pesquisa e que estejam acondicionados em um local próprio para sua preservação.

5.3 Paralelo entre acervo: biblioteca e arquivo

As unidades de informação por vezes apresentam características semelhantes (SANTA ANNA; COLMAN, CAMPOS, 2015, p. 111) pontuam sobre

[...] em linhas gerais, as características de cada uma não devem ser vistas como limitações entre as duas profissões, não exigindo do profissional, tão somente, a aquisição de competências específicas e diferenciadas, típicas de cada prática profissional. Na verdade, as diferenças existentes, seja nos serviços, na forma de gestão, no documento armazenado, na posição hierárquica, no poder decisório, tudo isso, é construído com base nas políticas, anseios e objetivos das instituições que mantém essas unidades.

Schellenberg (2006) discorre sobre a diferença entre ambas existe um valor histórico e culturais

[...] uma das características essenciais dos arquivos terem sidos produzidos ou acumulados em conexão direta com as atividades funcionais de um órgão

do governo ou de qualquer outra entidade; e grande parte do seu valor depende da relação orgânica que mantém, quer entre si, quer com o próprio órgão, os valores culturais são accidentais. O material de uma biblioteca, por outro lado, visa, em primeiro lugar, a fins culturais. E por essa razão consistem, geralmente, em peças avulsas [...] A diferença entre o material de biblioteca e o de arquivo independe de sua forma física. O material impresso [...] fica na esfera dos bibliotecários [...] um arquivo [...] é criado com o objetivo de preservar os expedientes da organização que serve. (p. 42).

O autor destaca que os materiais de arquivos podem ser encontrados em bibliotecas, já que muitos arquivos tiveram origem a partir dessas. Contudo, por mais que existem diferenças entre biblioteca e arquivo, as mesmas têm finalidades paralelas que é disseminação da informação.

5.3.1 Teoria das Três Idades do Arquivo

Para que o arquivo sirva com finalidade de pesquisa para atender as necessidades informacionais do usuário; possuindo uma metodologia precisa para aquela instituição na qual está vinculada, deve se atentar aos estágios evolutivos que passa o arquivo. Essas fases foram definidas por Jean-Jacques Valette (1973), idades de um arquivo: corrente, intermediária e permanente.

Valentim (2012) afirma que as fases de um arquivo são diretamente ligadas à gestão documental, pois através desta tem-se o processo da produção, guarda e permanência de um documento

1. Corrente: documentos são produzidos pelos colaboradores da organização, a partir das responsabilidades, funções e atividades desempenhadas, portanto, o documento tem origem na atividade que o gerou, nesta idade os documentos geralmente são armazenados no local de origem, uma vez que são acessados/consultados frequentemente;
2. Intermediária: documentos que não são mais acessados frequentemente, entretanto detêm interesse organizacional, seja por alguma questão legal ou de prova, seja por alguma questão administrativa ou institucional, são armazenados em local específico para esse fim, a partir dos critérios estabelecidos pela política documental e por seus instrumentos como, por exemplo, a tabela de temporalidade;
3. Permanente: documentos que devem ser preservados a partir de seu valor informativo, probatório e/ou histórico. Neste caso, a política documental e os instrumentos elaborados, como a tabela de temporalidade, serão aplicados de forma a avaliá-los e subsidiar a tomada de decisão documental, isto é, se são eliminados ou preservados para a constituição dos fundos e séries documentais, que formarão a memória organizacional. (VALENTIM, 2012, p. 16).

Contudo, para que se tenha um arquivo em boas condições deve-se o arquivista junto a instituição mantenedora do Arquivo criarem um plano de

preservar os documentos arrolados naquele espaço, em que possa vir a retardar a deterioração dos materiais (BELLUTO, 2002).

Quanto à conservação dos documentos “[...] compreende o exame do documento arquivístico, seu tratamento e a documentação desse tratamento.”. (ZÚÑIGA, 2002, p. 73), assim sendo, a conservação dos documentos de arquivo é uma ação realizada na estrutura física desses materiais, que possibilita a preservação.

As fases do arquivo são essenciais para a organização do arquivo administrativamente (PAES, 2014), é realizado 1) levantamento de dados: trabalho realizado pelo responsável do plano administrativo como todo, no qual disporá quais suportes serão aceitos pela instituição, quais gêneros de documentos serão aceitos, e os funcionários encarregados do arquivo; 2) dados coletados: aspectos ineficientes encontrados no arquivo; 3) planejamento: elaboração de um plano para as mudanças e o melhoramento de serviços encontrados no arquivo; 4) implementação e acompanhamento: perspectivas de êxito em todas as fases, visto que erros aparecem no decorrer de cada processo, o responsável por essas fases deve trabalhar a constância, corrigindo quaisquer falhas que venham a serem apresentadas.

Decorrente da execução de cada função arquivística existe um resultado a ser alcançado ou ao menos desejado pelos profissionais arquivistas e usuários do arquivo. Portanto, é necessário também compreender as etapas de cada função arquivística e seus respectivos objetivos. Esse entendimento dá o suporte para definição de indicadores de avaliação considerando também o resultado das operações/funções arquivísticas. (SOARES, 2012, p.76).

Dessa forma, considerando o que a partir das literaturas utilizadas buscou-se realizar um processo metodológico de investigação de conhecer a realidade da Casa da Mulher Brasileira no tocante aos ambientes, arquivo e biblioteca.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os relatos que serão apresentados a seguir baseiam-se nas entrevistas semiestruturadas de caráter qualitativo realizadas às funcionárias da Casa da Mulher Brasileira dos setores da Biblioteca e do Cartório Central.

6.1 Entrevista com Funcionárias do Cartório Central

As entrevistas semiestruturadas, foram elaboradas com perguntas abertas para as entrevistadas relatarem sobre o tema proposto. Pela diversidade de como ocorre a troca de informação nesse tipo de entrevista o pesquisador colhe melhores resultados (TRIVINÓS, 1928), e por ser uma entrevista de forma face a face tem-se um maior favorecimento de coleta de informações (GIL, 2008).

Assim, com o objetivo de aprofundar-se no tema, foi realizada a entrevista com as funcionárias do Cartório Central da Delegacia da Mulher, setor esse em que está localizado o arquivo. A análise é realizada com base nas respostas das funcionárias responsáveis do cartório, identificadas no estudo como: Respondente A e Respondente B. A Respondente A tem 35 anos, formada em Nutrição e a Respondente B é Técnica Administrativa, tem 30 anos, está cursando Ciência da Computação. A entrevista buscou mapear como ocorre o processo de organização da informação nesse setor.

De acordo com as entrevistadas, os documentos que compõem o arquivo são: *inquéritos policiais, termos circunstanciados de ocorrência (TCO), laudos periciais e ofícios*, nos quais estão armazenados em caixas de plásticos locados pelo ano e número do processo.

Respondente A explicou que “*o setor não segue uma política de organização de arquivo, pois não saberia o que seria, complementando que a demanda no setor é de grande quantidade para somente duas funcionárias*, visto que o Cartório Oficial é que possui uma gama maior de documentos entre todas as delegacias do Maranhão, e reconhece que é necessário no setor um funcionário com a formação profissional em arquivo que saiba manusear os documentos.”

As questões referentes à organização, as fases do arquivo e ao código de classificação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e a tabela de temporalidade dos materiais disponíveis, as funcionárias não souberam definir que instrumentos e para que meios são utilizados. Conforme Schellenberg (2002) em seu

livro “Arquivos modernos: princípios e técnicas” destaca que o Plano de Destinação é voltado para a eliminação de documentos por prazos pré-determinados, conquanto para que o arquivo tenha o controle da grande quantidade de documentos deve-se ter a organização dos materiais, contudo, aos documentos que se tem a perda e valor devem ser eliminados; e os de origem secundária devem serem preservados junto ao acervo. E fazendo-se uso da padronização flexível no acervo, pois existem documentos que com o passar do tempo tornam-se extintos ou substituídos de acordo com a necessidade do arquivo. Por conseguinte, os arquivos devem-se fazer uso da Política de Arquivos (SOARES, 1975) cuja padronização de processos e métodos administrativos auxiliam a redução do grande número de documentos irrelevantes, isso é possível com um profissional habilitado e com diretrizes necessárias para que a avaliação e seleção se tornem um ato administrativo válido.

Quanto aos materiais digitalizados, a resposta foi que a “*partir do ano de 2021 todos os documentos estão sendo digitalizados e disponíveis no Sistema Malote Digital.*” Entretanto, a partir da resposta das Respondentes A e B não souberam responder se os materiais digitalizados obedecem a Resolução CONARQ nº 48/2021 (BRASIL, 2021). “*Os materiais digitalizados são disponibilizados a partir dos escrivães que enviam uma cópia do documento ao Cartório Central.*” A finalidade da digitalização é compartilhar documentos sem a necessidade de manusear o documento original de forma rápida e eficiente, permitindo assim a facilidade de acesso sem qualquer preocupação com a integridade física do documento (FREITAS; KNAUSS, 2007), em arquivos que possuem documentos históricos é realizada a digitalização a fim de que aquela informação não se perca com uso e manuseio do material. As autoras completam que a digitalização é um meio acessível e prático de disseminar aos usuários informações em qualquer lugar onde estiver.

Referente ao processo de higienização, preservação e restauração de documentos, as Respondentes A e B relataram que os “*documentos até 2012 estão locados em uma espécie de “depósito” no prédio da Superintendência de Polícia Civil da Capital, no qual é o órgão coordenador da Delegacia Mulher*”, e a partir do conhecimento das funcionárias não é realizado um reparo ou descarte desses documentos, somente ficam guardados. Quanto a eliminação dos documentos, percebeu-se que essa ação não é realizada pela Delegacia da Mulher, visto que a partir da resposta das Respondente A e B tem-se o excesso desses materiais, na qual

a retirada definitiva do documento é voltada para o não acúmulo de documentos dentro do arquivo.

Por fim, quanto ao acesso a esses materiais no Cartório Central a Respondente A informou que é limitado a “*escrivães e funcionários da Delegacia, pessoas externas à Delegacia da Mulher, mesmo funcionários da Casa da Mulher Brasileira não podem ter acesso a esses documentos.*”

6.2 Entrevista com a Bibliotecária

O propósito da entrevista com a bibliotecária buscou a conhecer a estrutura organizacional da biblioteca junto a observação direta (LAKATOS; MARCONI,1992) do cotidiano da Biblioteca Maria da Penha.

A Biblioteca Maria da Penha existe desde 2013, onde encontrava-se no antigo prédio da Secretaria da Mulher do Estado do Maranhão, em 2019 ganhou um espaço na Casa da Mulher Brasileira. É especializada em gênero. Possuindo mil (1.000) títulos em seu acervo físico, mas contendo materiais virtuais como: diretrizes e regulamentações sobre a Casa da Mulher Brasileira; projetos e plantas de construção da Casa; e-books que são disponibilizados aos usuários e pesquisadores. A biblioteca também realiza treinamentos aos usuários para construções de trabalhos acadêmicos e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os usuários saem da biblioteca com bastante leva de conhecimentos.

Dessa forma, a entrevistada contou sobre sua formação acadêmica em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão, e pós-graduanda em docência de Ensino Superior. Por conseguinte, em relação à questão sobre as condições de trabalhar na biblioteca e na Casa da Mulher Brasileira afirma que são boas, e que suas relações de trabalhar com outra pessoa no setor da biblioteca são ótimas, haja vista que ambas “*haviam trabalhado juntas na Coordenação da Secretaria da Mulher, nas quais por terem formação pedagógica ministram cursos para mulheres vítimas de violência doméstica voltados para a autonomia financeira, e ainda fazem essa mesma atividade no espaço da biblioteca, e as mulheres participantes ganham certificados.*

Em relação aos outros setores, a bibliotecária relatou que também boas, afirmou que “*como coordenadora da biblioteca sempre mantém uma relação de trabalho envolvendo atividades que perpassam aos órgãos presentes na Casa Mulher*

Brasileira com diálogos e parcerias para interação de atividade futuras para a causa das mulheres". Diante disso, as "relações de trabalho possibilitaram aos funcionários o entendimento da razão de ter a biblioteca naquele espaço, e a responsabilidade da presença de uma bibliotecária, um lugar que dissemina informação e gera crescimento e desenvolvimento da cidadania."

Acrecentou que "enquanto bibliotecária da biblioteca Maria da Penha projetou um ambiente informacional debruçado na ação cultural voltada para realizações de projetos, ações culturais, rodas de conversas buscando a interação de pessoas dentro do ambiente da biblioteca."

Em sequência, a bibliotecária afirmou que a organização do acervo e espaço são bons, visto que a "biblioteca ganhou esse espaço em 2019, antes era alocada no prédio da Secretaria da Mulher, no qual era inteiramente administrativo e de difícil localização, não tinha demanda de usuários". Por esse motivo, "no ano de 2019 a biblioteca passou para o endereço da Casa Mulher Brasileira, é uma biblioteca atualizada, onde é priorizado no momento do recebimento da adoção de novos títulos mapear cuidadosamente se alguns estão contaminados para que não ocorra de transmitir aos organizado no acervo."

Quanto às questões sobre os usuários, a entrevistada afirma que "esses são específicos, pois em sua grande maioria estão produzindo trabalhos acadêmicos sobre a violência contra a mulher. E que por esse motivo no decorrer do cotidiano da biblioteca é escasso o fluxo de pessoas, tem-se uma alta variação de frequência de usuários durante o ano. Todavia, na biblioteca Maria da Penha a informação é sempre priorizada ao usuário, pesquisador, as funcionárias possibilitam que esses adquiram sempre o conhecimento buscado, e quando não é possível passar a informação naquele momento as funcionárias vão a procura dos materiais e enviam aos usuários, sempre mantendo contato com eles via e-mail e WhatsApp."

A bibliotecária completa, a quantidade usuários reais que a biblioteca possui é a estimada, entretanto, a visibilidade por parte do público em geral deve ser melhorada, e após sua volta da licença espera realizar um projeto em parceria com o Curso de Biblioteconomia da UFMA para ter-se uma visibilidade maior da biblioteca Maria da Penha.

Porém, a bibliotecária entrevistada relatou que “*por vezes quando os pesquisadores vão à procura de informações sobre violência doméstica observa que vão à procura de dados quantitativos, e não do aprofundamento da temática sobre o que é a ‘violência contra a mulher’*”, e posterior a isso esse “*pesquisador tem uma má escrita sobre o tema. E reflete que como biblioteca que atualmente vem a acontecer de perceber nos pesquisadores a perda da leitura para o entendimento de causas importantes e necessárias como a violência doméstica.*”

Por fim, a mesma relatou na entrevista que “*espera deixar um legado na biblioteca Maria da Penha, assim como na Casa da Mulher Brasileira, e se esforça para realizar todas as atividades e projetos voltados para a biblioteca*”.

6.3 Da observação direta

A observação na biblioteca Maria da Penha foi restrinida ao dia a dia da biblioteca, destacando a forma de interação das funcionárias na biblioteca, e como é o tratamento dado por elas aos usuários que chegam para buscar informação. E a partir das anotações de campo outras informações adquiridas foram importantes para o enriquecimento desta pesquisa, esse instrumento foi necessário para a compreensão do ambiente e que motivos foram gerados para entender a situação que a biblioteca se encontra. (TRIVINÓS, 1928).

A observação direta seria voltada a partir da presença do usuário na biblioteca - em consonância a qual material o usuário busca a informação, destacando se o formato do material; se o material é presente no acervo; se é específico sobre gênero feminino que aborde sobre a violência contra a mulher, violência intrafamiliar, contudo, para assim perceber a satisfação informacional desse usuário. Em contrapartida, isso não ocorreu devido a fatores da não presença de usuários nos dias e horários (matutino) que a pesquisadora estava presente, gerando uma reflexão da necessidade de um projeto estratégico de *marketing* voltado para a visibilidade da Biblioteca Maria da Penha.

No arquivo do Cartório Central da Delegacia da Mulher não foi possível a observação direta diariamente do ambiente, uma vez que pertence a um órgão da Polícia Civil, com informações contidas e restritas, sendo esse um órgão com muitas demandas ao dia, posto isto, somente funcionários e estagiários são permitidos a

entrar no setor. Diante disso, na entrevista com as funcionárias no setor do Cartório Central afirmaram que não utilizam e nem segue uma política de organização dos documentos presentes no arquivo, pois, além de terem sobrecarga de outras atividades no cartório, a funcionária responsável alegou que falta funcionário com a habilitação acadêmica que lida especificamente com esse tipo de material e/ ou funcionário disponível para a organização dos documentos. Somente seguem a forma de armazenamento dos documentos a partir do ano e número do processo.

Em síntese, durante os dias de observação direta foi evidente perceber que os órgãos possuem uma boa interação nas relações das comunicações no local de trabalho, os funcionários vão à biblioteca para espalhacer e conversar do seu cotidiano. E nas conversas informais destacavam a prestigiar a bibliotecária sobre seu comprometimento com a causa das mulheres e das atividades que ocorrem na biblioteca.

Os métodos escolhidos para o estudo apresentaram algumas limitações perante o modelo utilizado no decorrer da coleta e no tratamento dos dados. Diante disso, a revisão sistemática proposta na pesquisa foi percebida a escassez de literaturas voltadas para a temática do acesso aos materiais informacionais gerados a partir da investigação policial, assim como se essa informação é disponibilizada para a sociedade.

Por conseguinte, também houve percalços nos espaços estudados da biblioteca e do arquivo da Casa da Mulher Brasileira.

Quanto aos materiais organizados na Biblioteca Maria da Penha, foi observado que:

- 1) são poucos, contendo um de cada do material disponível, com isso o usuário não pode fazer empréstimo domiciliar;
- 2) durante os dias comparecendo em campo, não foi percebido quaisquer usuários na biblioteca ou mesmo pesquisador, no horário da manhã;
- 3) alguns problemas quanto a estrutura técnica da biblioteca, a específico disso o ar-condicionado apresentou defeito, impedindo assim a própria permanência das funcionárias na biblioteca e por causa do calor e do espaço abafado as funcionárias precisaram que recorrer a utilizar a sala da coordenação do espaço da Direção da Casa da Mulher Brasileira.

Já as percepções tiradas a partir da entrevista com as Respondentes do arquivo do Cartório Central possibilitou perceber que:

- 1) não possui uma Política de Arquivo definida pelo CONARQ;
- 2) acúmulo de documentos;
- 3) falta de um arquivista habilitado para a organização dos documentos;
- 4) sobrecarga de atividades para duas funcionárias.

7 CONCLUSÃO

As competências profissionais do bibliotecário junto com a interdisciplinaridade de adentrar espaços informacionais, da adaptação aos meios tecnológicos, e inovando as funções voltada à disseminação de informação ao usuário no ambiente informacional (AMARAL *et. al.*, 2008), expressa que a área da Biblioteconomia é cíclica e diversa. Diante do exposto, pretendeu-se durante a pesquisa analisar documentos de investigação policial com a possibilidade de conhecer o processo de organização e mediação da informação da Biblioteca Maria da Penha e do Cartório Central da Casa da Mulher Brasileira de São Luís. Com isso, fez-se buscar e analisar a importância do tratamento, organização e disseminação da informação, assim como as competências necessárias para serem executadas pelos profissionais da informação.

Contudo, durante a permanência na Casa da Mulher Brasileira no espaço da biblioteca percebeu-se que o fluxo de pessoas é escasso a partir da observação direta (LAKATOS; MARCONI, 1992, p. 111), e através de conversas informais com funcionários foi obtido que os usuários da biblioteca são poucos, em contrapartida a isto, a entrevista realizada com a bibliotecária da Biblioteca Maria Penha afirmou que essa é voltada para aos pesquisadores usuários que buscam sobre a temática da *violência doméstica*, e que a biblioteca em seu decorrer temporal sofre frequências no fluxo de usuários.

No arquivo do órgão da Delegacia da Mulher, no setor do Cartório Central foi percebido que não segue uma organização de acondicionamento dos materiais presentes, também foi observado o grande volume de documentos acumulados e presentes nas mesas das funcionárias. Entretanto, a desorganização do arquivo não é atual, a partir da entrevista com as funcionárias do arquivo comentaram que a causa disso ocorreu no acúmulo e da má gestão do arquivo. Ademais, foi ressaltado na entrevista que pessoas com exceção do quadro de funcionários da Delegacia da Mulher os materiais não são disponibilizados, visto que estão em segredo de justiça.

Diante do exposto, visto que cada pesquisa qualitativa tem suas parcelas de limitações apresentadas, não obtendo uma precisão nas informações coletadas (VIEIRA, 2013), às limitações que foram destacadas na pesquisa são: 1) o resultado do número pouco significativo de artigos, teses e dissertações identificado na revisão sistemática; 2) a falta de usuários no turno matutino do cotidiano da biblioteca Maria

da Penha, que resultou na não aplicação do questionário elaborado para perceber o ponto de vista do usuário quanto aos serviços, o acervo e o atendimento da biblioteca, 3) a estrutura do arquivo da Delegacia da Mulher, visto que as caixas que comportam materiais não estão arrolado um local adequado e 4) a falta de funcionários que saibam operar com precisão os tipos de documentos presentes no arquivo.

Contudo, a pesquisa é um processo contínuo, dessa forma, durante a sua construção novas questões foram surgindo, o que resultou em outras possibilidades de investigação e sugestões, como:

- a) por quais motivos a Superintendência da Polícia Civil junto com o arquivista criam um projeto que visa melhorar a organização e tratamento da informação nos materiais do arquivo;
- b) elaborar uma Política de Arquivo para os materiais que estão em deterioração presentes nos setores de arquivos das delegacias maranhenses;
- c) criar plano de *marketing* para visibilidade da biblioteca Maria da Penha;
- d) ações e projetos que possibilitem a participação de mais usuários na biblioteca.

Conclui-se que a pesquisa mesmo que com literaturas pouco aprofundadas, percebidas no momento do levantamento para a revisão bibliográfica. Possibilitou contribuir com a área da Biblioteconomia, a interrelacionar e a gerar novas pesquisas acerca da temática que envolve a composição dos materiais gerados a partir da Investigação Policial e apresentar um novo estímulo para a interdisciplinaridade debruçada na reflexão sobre o papel do bibliotecário nesses ambientes informacionais.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **Sejamos Todas Feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 64 p.

AMARAL, R. M.; GARCIA, L. G.; FARIA, G.L.I.L.; ALIPRANDINI, D. H. Modelo para o mapeamento de competências em equipes de inteligência competitiva. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n. 2, p. 7-19, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n2/a01v37n2.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023. São Paulo: FBSP, 2023. E-book (357 p). Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2023.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023. São Paulo: FBSP, 2023. E-book (357 p). Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2023.

BAPTISTA, M. M.; LEONARDT, M. A qualidade dos serviços prestados e a satisfação dos usuários em uma Biblioteca Universitária. **Bibliotecas Universitárias: pesquisas, experiências e perspectivas**, [S. I.], v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistarbu/article/view/3064>. Acesso em: 22 maio. 2023.

BEHREND, M. T. **Resgatando a construção de tabelas de temporalidade de documentos**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquivologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/40239>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BELLOTTO, H. L. Patrimônio Documental e Ação Educativa nos Arquivo. **Registro**, n. 1, v. 1, 2002. Disponível em: <https://ppgpat.coc.fiocruz.br/images/Editais/2021/ZIGA-Solange-Sette-G.-de.pdf#page=71>. Acesso em: 31 jul. 2023.

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento?. In: ENACIB: DIVERSIDADE CULTURAL E POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2008. p. 1-14. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/176536>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.112, de 12 de Novembro de 2019**. Dispõe sobre o programa Mulher Segura e Protegida. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10112.htm. Acesso em: 19 maio 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.278 de 18 de março de 2020**. Estabelece a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais. Presidência da República: Secretaria-Geral, [Brasília, DF], 2020.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10278.htm. Acesso em: 31 jul. 2023.

BRASIL. Institui o programa Mulher: viver sem violência e dá outras providências.

Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 150, nº 168-A, 3 p; 30 ago. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8086.htm. Acesso em: 19 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 11.340 de 07 de Agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília [DF]: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso: 19 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Gestão e disseminação de dados na Política Nacional de Segurança Pública:** a investigação de homicídios no Brasil. São Paulo: FBSP, 2013. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/FBSP_Investigacao_homicidios_Brasil_2013.pdf. Acesso em: 2 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Diretrizes Metodológicas:** elaboração de revisão sistemática e metanálise de ensaios clínicos randomizados. Brasília [DF]: Editora do Ministério da Saúde, 2012. 92 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_metodologicas_elaboracao_sistemática.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

CASTRO, P. R. de. As lutas feministas e sua articulação pelas mídias digitais: percepções críticas. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 459-469, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/WyNY3BCFGf8CW8cZs6HhFqp/?format=pdf>. Acesso em: 5 jan. 2023.

CARNEIRO, S. Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017. 360 p. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/e-BOOK-MULHERES-NEGRAS-e-VIOL%C3%8ANCIA-DOM%C3%89STICA-decodifancando-os-n%C3%BAmeros-isbn.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CECCONELLO, W. W.; MILNE, R.; STEIN, L. M. Oitivas e interrogatórios baseados em evidências: considerações sobre entrevista investigativa aplicado na investigação criminal. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, [S. I.], v. 8, n. 1, 2022. DOI: 10.22197/rbdpp.v8i1.665. Disponível em: <https://rbdpp.emnuvens.com.br/RBDPP/article/view/665>. Acesso em: 5 maio 2022.

CORREA, R. **Introdução a Recuperação da Informação**. [S. I.]: [s. n.], 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IJVw0-qbqEM>. Acesso em: 31 jul. 2023.

DIAS, E. J. W. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 5, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/download/23297/18832>. Acesso: 5 jul. 2023.

ENGEL, C. L. **Violência Contra a Mulher**. [Brasília: DF]: Ipea. 60 p. 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violencia_contra_mulher.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

FERREIRA, D. T. As novas competências do profissional da informação bibliotecário: reflexões e práticas. In: RIBEIRO, A. C. M. L; FERREIRA, P.C.G. (org.). **Biblioteca do Século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília [DF]: 2017. p. 79-93. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170105_biblioteca_d_o_seculo_21.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

FERRO JÚNIOR, C. M. Inteligência Organizacional: identificação das bases doutrinárias para a investigação criminal. **Conteúdo Jurídico**. [S. I.], 2008. Disponível em: [https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/14932/inteligencia-organizacional-identificacao-das-bases-doutrinarias-para-a-investigacao-criminal#:~:text=Conclui%2Dse%20que%20a%20intelig%C3%A3cia,%3B%20An%C3%A1lise%20de%20v%C3%ADnculos%3B%20Complexidade](https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/14932/inteligencia-organizacional-identificacao-das-bases-doutrinarias-para-a-investigacao-criminal#:~:text=Conclui%2Dse%20que%20a%20intelig%C3%A3ncia,%3B%20An%C3%A1lise%20de%20v%C3%ADnculos%3B%20Complexidade). Disponível em: 16 jul. 2022.

FLUSSER, VICTOR. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 12, n. 2, 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36443>. Acesso em: 17 maio 2023.

FREITAS, C. R.; KNAUSS, P. Usos eletrônicos do passado: digitalização de documentos e política de arquivos. **Patrimônio e Memória**, v. 4, n. 2, p. 3-16, 2007. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/32>. Acesso em: 25 jul. 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

FONSECA, D. L. S.; PALETTA, F. C. A inovação em serviços de informação e a biblioteca das coisas. **Bibliotecas. Anales de Investigación (Cuba)**, v. 18, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/193735>. Acesso em: 01 ago. 2023.

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <http://www.ia.ufrrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Violência contra as mulheres no contexto da Covid-19**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/violencia-contra-mulheres-no-contexto-da-covid-19>. Acesso em: 1 ago. 2023.

FUJITA, M. S. L. A importância teórica e prática da indexação na fundamentação científica da organização e representação do conhecimento. In: DODEBEI, Vera; GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. (orgs.) **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=dRuzRyElzmkC&oi=fnd&pg=PA9&dq=GERHARDT%3B+SILVEIRA&ots=93WaX-nwOE&sig=NjO_noc1hK2SA9wtsR8K4-Zv_QE#v=onepage&q=GERHARDT%3B%20SILVEIRA&f=false. Acesso em: 17 maio de 2023.

GIL, A. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: 2002. 4 ed. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 1 jul. 2023.

GUARACY, M. **A Investigação de homicídios**: construção de um modelo, [Brasília, DF]: MJ/ SENASP, 2006. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/1483/1/a-investigacao-de-homicidios-construcao-de-um-modelo.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

MARANHÃO. SECRETARIA DE SEGURANÇA DO MARANHÃO. **Mortes violentas têm redução de 42% na grande ilha**. São Luís: SSP-MA, 2022. Disponível em: <https://www.ssp.ma.gov.br/mortes-violentas-tem-reducao-de-42-na-grande-ilha/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, A. P. A.; ARAÚJO, R. M. de. Política intersetorial de atendimento às mulheres em situação de violência: análise da implementação da Casa da Mulher Brasileira. **NAU Social**, [S. I.], v. 10, n. 19, 2019. DOI: 10.9771/ns.v10i19.33979. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/33979>. Acesso em: 2 ago. 2023.

- MELLO, S. Á de et. al. Da educação patriarcal às escolas mistas. **Interfaces da Educação**, v. 2, n. 5, p. 32-49, 2015. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=DA+EDUCA%C3%87%C3%83O+PATRIARCAL+%C3%80S+ESCOLAS+MISTAS+&btnG=#d=gs_cit&t=1690390409928&u=%2Fscholar%3Fq%3Dinfo%3Ax3FahitaPWkJ%3Ascholar.google.com%2F%26output%3Dcite%26scirp%3D0%26hl%3Dpt-BR. Acesso em: 20 jul. 2023.
- MENEGHEL, S. N. et. al. Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 691-700, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/gZtYwLDYSqtgp7wGTTXHw4z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- MILANESI, L. **O que é Biblioteca?**. São Paulo: Brasiliense, 1983. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/o-que-c3a9-biblioteca-luis-milanesi.pdf>. Acesso em: 16 maio 2023.
- MINAYO, M.C.S. (2013). **O desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12.ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MOREIRA, W. **Sistema de Organização do Conhecimento**: aspectos teóricos, conceituais e metodológicos. 2018. 164 f. Tese (Doutorado em Docência) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, São Paulo, 2018.
- OLIVEIRA, J. L. M. de. **Perícia e Investigação Criminal**: uma proposta de melhoria do modelo organizacional visando a otimização de resultados. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11868/PER%C3%8DCIA%20E%20INVESTIGA%C3%87%C3%83O%20CRIMINAL.pdf>. Acesso em: 03 out. 2021.
- PAES, M. L. Gestão de documentos. In: PAES, M. L. **Arquivo**: teoria e prática. 3. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. cap. 4, p.53-119. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/KtbxLthNRqMpcnQsmPLNXzzNPTsdsWSsZL?projector=1&messagePartId=0.1>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- RODRIGUES, C. V.; SILVA, M. T. da; TRUZZI, O. M. S. Perícia criminal: uma abordagem de serviços. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 17, n. 4, p. 843-857, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/cdqMpjgTTNvKtqXJQ5KGJdg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jul. 2022.
- SAFFIOTTI, H. **Gênero Patriarcado Violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/genero_web.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

SAMPAIO, R. F. MANCINI, M. C. Revista Brasileira de Fisioterapia, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jul. 2023.

SANTA ANNA, J.; CAMPOS, S. de O.; CALMON, M. A. de M. Diferenças e semelhanças entre arquivos e bibliotecas: o profissional da informação em evidência. **Biblos**, [s. l.], v. 29, n. 1, 2016. Disponível em:
<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/4890>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SANTOS, R. F. dos; AGUIAR, L. B. Práticas de organização e tratamento da informação em órgãos oficiais de perícia criminal: novos cenários para a atuação do profissional da informação. **Ciência da Informação em Revista**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 33–53, 2020. DOI: 10.28998/cirev.2020v7n2c. Disponível em:
<https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/9871>. Acesso em: 27 jul. 2022.
<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/190878/000908213.pdf?sequence=1>. Acesso em: 8 out. 2021.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 388 p. Disponível em:
<http://www.referenciasarquivisticas.fci.unb.br:8080/jspui/handle/123456789/2596>. Acesso em: 17 maio 2023.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 388 p. Disponível em:
<http://www.referenciasarquivisticas.fci.unb.br:8080/jspui/handle/123456789/2596>. Acesso em: 17 maio 2023.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 388 p. Disponível em:
<http://www.referenciasarquivisticas.fci.unb.br:8080/jspui/handle/123456789/2596>. Acesso em: 17 maio 2023.

SARACEVIC, T. **Ciência da informação**: origem, evolução e relações. Perspectiva em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/48568>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SILVA, M. B. da. Organização da Informação em interfaces Web: sinalizações da arquitetura da informação aos desenvolvedores front-end. Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação, **ANCIB**, v. 14, 2021. Disponível em:
<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/197386>. Acesso em: 30 jul. 2022.

SILVA, M. M. da; SANTOS, I. L. dos. Ação cultural em bibliotecas: conceitos e considerações. 2014. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 27., 2014, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza, 2014. Disponível em:
<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/38622>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SOUSA, A. S. de; OLIVEIRA, G. S. de; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 22 jan. 2023.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod_resource/content/0/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf. Acesso em: 22 jun. 2023.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod_resource/content/0/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf. Acesso em: 22 jun. 2023.

VALENTIM, M. L. P. Gestão Documental em Ambientes Empresariais. In: VALENTIM, M. L. P., ed. **Estudos avançados em Arquivologia [online]**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, pp. 11- 25. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/znn37/pdf/valentim-9786559541294-02.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

VALENTIM, M. L. P. Tendências e perspectivas profissionais e as competências essenciais para a formação e atuação do bibliotecário. **ABDF**, v.3, n.2, p.46-63, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://revista.abdf.org.br/abdf/article/view/23/54>. Acesso em: 20 out. 2021.

VIEIRA, F. G. D. Perspectivas e limites da pesquisa qualitativa na produção de conhecimento em Marketing. **Revista de Negócios**. São Paulo, vol. 18, n.1, p.10-24, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Beatr/Downloads/3613-1-11987-2-10-20130403.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

ZÚÑIGA, S. G. A importância de um programa de preservação em arquivos públicos e privados. **Registro**, n. 1, v. 1, 2002. Disponível em: <https://ppgpat.coc.fiocruz.br/images/Editais/2021/ZIGA-Solange-Sette-G.-de.pdf#page=71>. Acesso em: 31 jul. 2023.

ANEXO A - Carta de Apresentação

São Luís, 16 de maio de 2023.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezada Senhora,

Susan Lucena, Diretora da Casa da Mulher Brasileira,

Apresento a aluna Beatriz Araujo Serra, devidamente matriculada nesta instituição Matrícula no 2018015796, que está a desenvolver pesquisa sobre **O Arquivo de Investigação Pericial da Casa da Mulher Brasileira de São Luís do Maranhão**: processo de organização, mediação e acesso à informação junto ao usuário para elaboração do seu Trabalho de Conclusão do Curso de Biblioteconomia.

Dessa forma, solicito sua autorização para execução e coleta de dados nesta referida instituição. A relevância dessa práxis acadêmica que integra universidades e instituições contribui para o conhecimento da realidade empírica e o fazer científico necessários ao desenvolvimento cultural, educacional e político da sociedade.

Agradecimentos antecipados por vossa compreensão e valiosa colaboração neste processo de elaboração do conhecimento científico e de aprimoramento e formação do profissional.

Cordialmente,

Profa. Ma. Maria Cléa Nunes

Orientadora

Departamento de Biblioteconomia – UFMA

ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezada Sra.

Está pesquisa constitui o processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso Intitulado **O Arquivo de Investigação Pericial da Casa da Mulher Brasileira de São Luís do Maranhão**: processo de organização, mediação e acesso à informação junto ao usuário, desenvolvida pela aluna **Beatriz Araujo Serra**, matrícula nº **2018015796**, discente do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), sob a orientação da Prof.^a Ma Maria Cléa Nunes do Departamento de Biblioteconomia-UFMA.

Tem como **objetivo** conhecer a realidade da biblioteca e do Arquivo da Casa da Mulher Brasileira, em São Luís- MA, buscando identificar a tipologia de documentação existente e como ocorre o processo de organização, mediação e acesso à informação ao seu público usuário.

Desta forma, solicita a colaboração dos funcionários (as) e ou usuários (as) da biblioteca e do arquivo, autorizando sua participação no estudo, a saber:

- **Natureza da pesquisa:** tem por finalidade analisar os documentos de investigação do acervo do arquivo da Casa da Mulher Brasileira, com objetivo de conhecer se é existente o processo de organização e mediação da informação favorece as informações contidas no processo;
- **Do envolvimento na pesquisa:** aos participantes deste estudo esclarecemos que:
 - a) A recusa do participante é livre;
 - b) a participação é de forma voluntária;
 - c) o participante pode declinar da participação da pesquisa em qualquer momento de sua execução.
- **Da autorização:**
 - a) uso das respostas oriundas dos instrumentos de coletas de dados nos resultados da pesquisa;
 - b) uso de gravação de áudio, vídeo e imagens durante o processo de aquisição dos dados e na divulgação dos resultados;
 - c) divulgação dos resultados em eventos e publicações científicas.
- **Do pesquisador:**
 - a) Asseguramos, ainda que os dados obtidos por meio desta pesquisa são confidenciais e não serão divulgados em nível individual; visando, desta forma, assegurar o sigilo de sua participação. Assim sendo, comprometo-me que ao tornar públicos, nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos na pesquisa, usarei o mesmo princípio de não identificação individual do participante.
 - b) A pesquisadora tem o compromisso de acordo com o Conselho Nacional de Saúde. Resolução 510/2016 (Brasil) relativo as áreas das Ciências Humanas e Sociais e do Código de Ética da Universidade Federal do Maranhão, instituído pela Resolução nº 143- CONSUN, de 06 de setembro de 2010, garantir:
 - Transparência e fidedignidade nos resultados e

- Confidencialidade, sigilo e anonimato do participante
- **Do participante:**

Após ter conhecimento dos objetivos estritamente acadêmicos de pesquisa, visando colaborar para o avanço das discussões sobre a temática. Declaro que entendi os objetivos e importância da minha contribuição. Assim, concordo em participar da pesquisa
Atesto recebimento de uma cópia assinada deste TCLE.

São Luís, de 2023.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura da Orientanda

Assinatura da Orientadora

Para maiores informações entrar em contato com a pesquisadora: Beatriz Araujo Serra - (98) 98440-8657 (telefone e WhatsApp). E-mail: beatriz.serra@discente.ufma.br.

Agradeço desde já sua colaboração.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DA BIBLIOTECA MARIA DA PENHA

1. Dados da Instituição

Nome da Biblioteca:

Localidade:

Órgão mantenedor da Instituição:

Horário de Funcionamento:

Áreas do Acervo:

2. Estrutura Física

a. Serviços

b. Ambiente Físico

CONSIDERAÇÕES

APÊNDICE B - ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA SOBRE O ARQUIVO DA DELEGACIA DA MULHER

Arquivo: B1 - Tempo de gravação: 40 min e 23 seg

1. Gênero

- a. feminino
- b. masculino
- c. não binário
- d. não se identifica com nenhum sexo

2. Faixa etária

- a. 18 -25 anos
- b. 25-30
- c. 30-35 anos
- d. 35-40 anos
- e. 40 -45 anos
- f. 45 anos e mais

3. Qual sua formação académica?

4. Quais tipos de documentos compõem o arquivo da DEM? De onde eles se originam? Sobre o que arrolam/assunto(s)?
5. O arquivo segue a Política Nacional de Arquivos? Caso positivo. Como ocorre? Quais critérios da Política são utilizados? Caso negativo: Por quê? Segue outra Política? Qual(is)? Comente sobre.
6. O arquivo segue um padrão para a guarda dos documentos? Se sim, comente sobre.
7. Quem organiza esses materiais?
8. Onde são armazenados os documentos (caixas, armários, baús e outros)?
9. O arquivo da DEM obedece às etapas das fases do arquivo?
10. O arquivo dispõe de uma tabela de temporalidade de documentos?
11. Qual a estrutura organizacional do método de armazenamento?
 - a. alfabético
 - b. numérico
 - c. geográfico
 - d. ideográfico
 - e. não possui
12. Os documentos presentes são digitalizados? Se sim. Onde ficam armazenados os arquivos depois de digitalizados (Servidor ou em pastas no word, docx e entre outros)?
13. Os documentos físicos possuem alguma rotina de cuidados? Se sim, comente sobre.

- 14. Os documentos físicos em estado de deterioração ou de estágio de fragilidade para o manuseio podem ser eliminados/ descartados?**
- 15. O arquivo possui alguma política de conservação e restauração dos documentos?**
- 16. Quem tem acessos a esses materiais? Em caso positivo: Como é esse acesso? Em caso negativo: Qual meio para uma pessoa externa da DEM, do público geral, tem acesso a esses documentos?**

APÊNDICE C - ENTREVISTA COM A BIBLIOTECÁRIA DA BIBLIOTECA MARIA DA PENHA DA CASA DA MULHER BRASILEIRA

1. Gênero

- 1. feminino x
- 2. masculino
- 3. não binário
- 4. não se identifica com nenhum sexo

2. Faixa etária

- 1. 18 -25 anos
- 2. 25-30
- 3. 30-35 anos
- 4. 35-40 anos
- 5. 40-45 anos x
- 6. 45 anos e mais

3. Qual sua formação académica?

4. Em sua opinião, como você define o atendimento que é realizado na biblioteca?

5. As condições do seu local de trabalho são:

- 1. ótimas
- 2. boas x
- 3. regulares
- 4. más
- 5. péssimas

6. As relações de trabalho com pessoas do mesmo setor que você são:

- 1. ótimas x
- 2. boas
- 3. regulares
- 4. más
- 5. péssimas

7. E as relações com os outros setores:

- 1. ótimas x
- 2. boas
- 3. regulares
- 4. más
- 5. péssimas

8. Sua estabilidade em permanecer na CMB é:

- 1. ótima
- 2. boa
- 3. regular x
- 4. má
- 5. péssima

- 9. O reconhecimento da importância da sua profissão pela CMB, você diria que é:10. Quais as vantagens de trabalhar na CMB:**
- 11. Quais as desvantagens de trabalhar na CMB:**
- 12. Qual a quantidade de materiais informacionais? E qual a qualidade, visto sobre os cuidados como: o tratamento, a organização e a recuperação da informação. Comente sobre.**
- 13. A quantidade de materiais informacionais disponíveis é suficiente para os usuários? Comente sobre.**
- 14. Quais serviços estão disponíveis para os usuários da biblioteca?**
- 15. Quanto ao acesso e à recuperação da informação por parte dos usuários: como eles solicitam a informação? Dirigem-se direto ao acervo? É realizado durante o atendimento algum tipo de estratégia de busca?**
- 16. A quantidade de usuários que a biblioteca tem atualmente é a esperada? Comente sobre.**
- 17. Em sua opinião a biblioteca tem visibilidade pelo público em geral? Comente sobre.**
- 18. O que falta para esse espaço ser mais utilizado por possíveis usuários reais? Comente sobre.**
- 19. Qual a sua percepção, como bibliotecária, sobre os usuários da biblioteca?**
- 20. Quais ações são realizadas na biblioteca que podem contribuir para a aproximação de usuários?**